



**Brasil:
Como criar as condições para a “Grande Transição”?**

Cândido Grzybowski
Sociólogo, diretor do Ibase

Há alguns anos, foi constituído um grupo de trabalho internacional - “The Great Transition Initiative: Visions and Pathways for a Hopeful Future” [www.GTInitiative.org] - para pensar propostas e práticas de transição para uma civilização planetária enraizada na solidariedade, na sustentabilidade e no bem estar humano. Trata-se de definir como, em cada situação, desencadear processos, aqui e agora, que gestem a necessária transformação dos impasses a que nos levou o desenvolvimento capitalista industrial, produtivista e consumista, gerador de exclusões e desigualdades sociais eticamente inaceitáveis e, ao mesmo tempo, de destruição ambiental que ameaça todas as formas de vida e a integridade do Planeta Terra. Como definir e criar as condições para isto no Brasil, hoje uma das festejadas potências emergentes?

Nunca é de mais lembrar o quanto o Brasil é ainda um país profundamente injusto. Apesar de ser a sexta economia capitalista do mundo e dos enormes avanços recentes, induzidos por ativas políticas distributivistas dos governos do PT, temos mais de 16 milhões de pessoas vivendo como miseráveis, com menos de meio dólar *per capita* dia, e outros mais de 30 milhões com no máximo 1 dólar dia. São aproximadamente 20% da população total na pobreza e extrema pobreza, segundo critérios do Banco Mundial. Sem contar que o critério de meio dólar ou 1 dólar dia é simplesmente ridículo num país que pratica preços iguais aos dos países desenvolvidos. Poderia enumerar várias gritantes desigualdades sociais, em todos os campos, incluindo desigualdades de gênero e raciais. Mas, talvez, o maior contraste, revelador do tamanho das contradições, seja o dado revelado por jornal de perfil bem conservador como *O Globo*, no dia 15/10/12. Segundo o jornal, 4.640 milionários brasileiros (aqueles que tem ao menos US\$ 30 milhões em conta bancária), tem riquezas que somam a US\$ 865 bilhões (em reais R\$ 1,764 trilhões). “É mais do que as reservas internacionais de todos os países da União Europeia juntos”, segundo o jornal. A renda *per capita* dia de cada membro destas riquíssimas famílias é de milhares de dólares! Este é o Brasil, usando o critério tão ao gosto de um mundo dominado por mercados e dinheiro.

A questão da pobreza funciona como um divisor político no processo de democratização do Brasil e nas opções de desenvolvimento. O debate sobre o desenvolvimento no Brasil é dominado pelas visão e propostas em relação ao quanto, como modelo e estratégia, ele é distributivista e se é capaz ou não de enfrentar a enorme pobreza. O debate da destruição ambiental, na arena pública, quando existe, tende a ser dominado pela questão da justiça social. O grande jogo político se faz em torno da justiça social, onde até amplos setores tradicionalmente predadores e conservadores se valem do argumento social para continuar o seu negócio. Considero ainda embrionárias e até aqui com pouca capacidade de incidência política as demandas por aliar a dimensão da justiça social e a dimensão ambiental, como faces da mesma questão. No Brasil é ainda bem marginal o debate de *alternativas* ao desenvolvimento, de mudança de paradigma, de transformar processos. Fundamentalmente – e ainda mais nos governos sob hegemonia do PT, dos últimos 10 anos – quer-se mais e mais desenvolvimento, do mesmo desenvolvimento produtivista e consumista, só que com inclusão social. Hoje estamos diante de um “novo desenvolvimentismo”, na verdade do velho modelo de desenvolvimento com raízes da CEPAL combinado com políticas sociais mais ativas em termos distributivos ... do crescimento. E tal crescimento, para praticar a inclusão social, precisa ser de 5 a

7% ao ano, como disse a nossa Presidente Dilma no Fórum Social Temático, em Porto Alegre, em janeiro de 2012.

Este é o ponto de partida, duro e difícil, donde devemos partir para então pensar em mudar, definindo as propostas e analisando se e como é possível politicamente viabilizá-las. Devido à urgência que a mudança climática levanta, fixo meu olhar na questão energética, na questão do agronegócio e, para finalizar, no que é preciso criar em termos de imaginário mobilizador e de incidência no debate público para viabilizar um processo de transição para outro paradigma civilizatório.

A questão energética

O Brasil caminha a passos grandes, de verdadeira potência emergente, para soluções energéticas que vão torná-lo muito mais poluente do que é hoje. Na energia elétrica, devido à hidrelétricas, temos uma matriz de produção relativamente “limpa”, isto se não for contabilizado o passivo ambiental e social que as grandes barragens criaram ao ser implantadas e continuam criando hoje. Pensando o futuro e a demanda crescente por energia – pois, como nos dizem oficialmente, estamos longe do padrão de consumo de energia elétrica dos países desenvolvidos – novas hidrelétricas precisam ser feitas. Hoje, o grande potencial de nova energia deste tipo se concentra nos grandes rios da Amazônia. Dá para imaginar o que significa construir de 40 a 60 hidrelétricas de médio e grande porte num território como a Amazônia? Quanta terra inundada, mata destruída e impacto no clima e biodiversidade? Quantos territórios e povos indígenas devastados? Quantos ribeirinhos, posseiros e coletores de frutos da floresta perderão seu modo de subsistência? O drama atual em torno a Belo Monte é revelador do que pode acontecer. Tenho dito e repito aqui, com energia e mineração, com exploração da madeira e gado, depois soja, a Amazônia é o território brasileiro de espoliação e colonização. Colonização interna, do poder e da economia existente sobre o próprio povo brasileiro, de brasileiros sobre brasileiros, por setores sociais dominantes de outras áreas e grandes grupos empresariais, com olho no mercado mundial e, sobretudo, seu próprio bolso.

No debate político interno, se não for possível implementar o projeto de tornar a Amazônia um grande fornecedor de energia elétrica “sustentável”, o argumento bramido como ameaça é que vamos ser obrigados a construir mais e mais termoelétricas a carvão ou gás! Na prática, no entanto, o ritmo de construção de termoelétricas no país mostra que a estratégia prioritária dos promotores do desenvolvimento a pleno vapor é esta, independentemente de mais ou menos hidrelétricas. Está claro que a opção do tal “novo desenvolvimentismo” é o binômio hidrelétricas e termoelétricas, como, aliás, está no Plano Decenal de Energia 2011. E, como fantasma, ronda a ameaça da energia nuclear. A moratória no nuclear, depois do grande desastre no Japão, é apenas temporária. O incrível é que tendo o dobro de insolação da Alemanha sejamos tão reticentes em utilizar está dádiva e avançar estrategicamente na energia solar. A mesma atenção damos aos ventos que fazem tremular nossas palmeiras nos mais de 8 mil km de litoral, mas... pouca energia elétrica geram.

No centro da questão energética é preciso destacar o lugar estratégico das grandes construtoras. Fazem-se grandes barragens e usinas porque é um bom negócio para empreiteiras. Já existem estudos que mostram o potencial de pequenas hidrelétricas, voltadas às necessidades locais, sem grandes impactos ambientais e sociais para a sua implantação e posterior transmissão da energia gerada. Contabilizando tudo, as pequenas geradoras hidrelétricas em rede são muito menos

invasivas e muito mais produtivas e democratizadoras da economia, alimentando a sustentabilidade nos territórios. Só que não é exatamente isto que se busca com o desenvolvimento que temos. O olhar sobre rios é sobre um recurso natural a explorar e não aquela bacia integradora, bem comum compartilhado por quem aí vive. Nunca é demais lembrar que a opção por grande barragens hidrelétricas no Brasil nunca foi por ser energia renovável, mas porque era frente de expansão para grandes negócios, induzido pelo Estado desenvolvimentista em aliança com grupos empresariais.

Mas o calcanhar de Aquiles energético do Brasil emergente são as jazidas de petróleo do pré-sal. Ao mesmo tempo em que no mundo cresce o debate sobre como sair da dependência da matriz energética fóssil – principal fonte de emissão de gases que ameaçam o clima – nós estamos caminhando a passos largos para mergulhar dedos, mãos e a própria cabeça no petróleo. É emblemático que o petróleo seja visto e saudado como a nossa carta de alforria para entrar no seletivo clube dos desenvolvidos. Vejo na questão do petróleo nosso grande desafio político para pensar como sair desta armadilha do desenvolvimento. O pior de tudo é o senso comum que se forjou e que aponta o petróleo como a base para o grande salto do Brasil ao tal desenvolvimento, isto sobretudo no meio da “classe batalhadora” – os mais de 30 milhões que saíram do limiar da pobreza com as políticas distributivas recentes.

As estimativas atuais das reservas de petróleo do pré-sal são de 50 a 100 bilhões de barris. Estão espalhadas ao longo de 800 km, a cerca de 300 km da costa brasileira e estão entre 5 e 7 mil metros abaixo do nível do mar. Tudo isto revela que o desafio tecnológico da extração de tal petróleo é enorme, ainda mais depois do grande acidente no Golfo do México. Mas, o governo brasileiro decidiu enfrentar e uma enorme arquitetura legal, institucional, financeira, industrial e operacional está sendo construída. Isto tudo para passar de um pouco mais de 2 milhões de barris de petróleo dia atuais para mais de 6 milhões em 2020. Claro, maior parte para exportação. O Brasil vai contribuir com mais de 3 milhões de barris dias para ... tudo continuar na mesma no mundo dependente de energia fóssil.

A questão é trágica mas não é simples. Até recentemente, menos de 10 anos, o Brasil foi um país em processo de industrialização dependente de petróleo. Ainda nos anos 50 do século passado, uma grande mobilização em torno à campanha “O petróleo é nosso” levou o então Presidente Vargas a criar a Petrobras e o monopólio do petróleo. Muita coisa se passou deste então, mas até hoje a Petrobras é vista como modelo de Estado empreendedor e facilitador do desenvolvimento, além de símbolo de uma cidadania que quer controlar o seu futuro. E é a Petrobras, que no arranjo institucional feito pelo governo do PT, está no centro da operação do pré-sal, revertendo a tendência de concessões para empresas privadas de lotes de exploração adotado pelo governo anterior. Também, desde o Governo Lula, foi fixado um percentual “componente nacional” nas enormes demandas de navios, sondas e tudo mais da Petrobras, fazendo renascer uma agressiva indústria naval. Só para o pré-sal são mais de 60 navios petroleiros de grande porte – dada a distância da costa – e mais de 60 sondas para extração de petróleo em alto mar. O movimento sindical, berço do PT, especialmente a Central Única dos Trabalhadores (CUT), é, hoje, a principal força de apoio ao projeto petrolífero.

Mas tem mais. O debate no Brasil não é se vale a pena explorar o petróleo ou deixá-lo onde está, pelo contrário. O debate é sobre como distribuir as rendas do petróleo... Foi proposta uma nova lei regulatória para todo o setor, a que volta botar a Petrobras no centro das operações. Na mesma lei se

instituiu um fundo soberano, sob administração federal, sobre o principal das rendas do petróleo, um pouco em sintonia com o que se fez na Noruega, para fins sociais. Mas existem os royalties. Até agora, só os Estados e municípios das áreas de extração e refino recebiam royalties. Com o pré-sal instaurou-se uma disputa federativa, pois agora todos os Estados do país querem participar do botim. A confusão da disputa dos ovos de ouro de uma galinha petrolífera, que ainda não está produzindo, está na praça. O Rio de Janeiro, principal Estado produtor, teve em 2011 uma gigantesca mobilização, de mais de 100 mil pessoas, em defesa dos royalties do petróleo! Vale a pena sinalizar que, de um ponto de vista capitalista, o Rio de Janeiro, em particular a cidade do Rio, está sendo transformada em cidade global pelos investimentos diretos dos grandes grupos, especialmente petroleiros. Como enfrentar isto? Existe ampla coalizão de forças, hoje, pró-petróleo.

No debate energético e sua relação com a questão climática importa observar de perto o papel do etanol para carros de passeio, área em que o Brasil foi pioneiro. Antes de mais nada, deve ser registrada aqui que a motivação inicial para desenvolver a tecnologia e produção de etanol a partir da cana-de-açúcar não foi de ordem ambiental, mas comercial. Devido à crise do aumento dos preços de petróleo nos anos 70 do século passado, que afetou enormemente o frágil equilíbrio das contas externas brasileiras, o regime militar decidiu apostar num substituto viável à gasolina para mover os carros e, com isto, dar condições de expansão para a indústria de automóveis instalada no Brasil, importante setor de empuxe do então “milagre econômico brasileiro” e, diga-se de passagem, berço do combativo movimento sindical, do PT e da CUT.

O etanol foi importante nos anos 80 e início dos 90, mas sofreu com a redução relativa dos preços do petróleo e, sobretudo, com a descoberta do petróleo na costa brasileira, permitindo reduzir a dependência de importações. O bom, em termos ambientais, foi a manutenção da mistura de etanol à gasolina – algo em torno a 20%, em média – que tem claros impactos positivos nas emissões dos carros, especialmente nas cidades. Mas a invenção dos carros *flex* no começo dos anos 2000, movidos a gasolina ou álcool ou com uma mistura dos dois, permitiu a produção de etanol dar um grande salto, a ponto do governo brasileiro começar alardear que tinha encontrado a fórmula ideal para enfrentar um dos vilões das emissões, a frota crescente de carros de passeio no mundo. Na verdade, o etanol e o biodiesel, como seu correlato, não passam de agronegócio, um das mais importantes bases do desenvolvimento do Brasil emergente. Seu impacto ambiental, de um ponto de vista de emissões, até pode ser positivo, mas seu impacto social é devastador. Isto me remete à próxima questão.

A questão do agronegócio

Conta-se que um chinês, respondendo a uma pergunta sobre os emergentes agrupados no BRIC – o bloco, ainda emergente em termos geopolíticos, do Brasil, Rússia, Índia e China – respondeu que, sem dúvida, estes países tentavam embarcar e tomar o leme do navio do poder, mas estava difícil. Em todo caso, havia possibilidades dado que a China poderia ser a indústria do mundo, a Índia a prestadora de serviços, a Rússia a petroleira e o Brasil a fazenda. Trágica, mas boa imagem! Lembro isto para destacar uma verdade: o Brasil, hoje, depende muito do agronegócio como força de sua presença no mundo. Claro que isto significa transformar em “vantagens comparativas” – segundo a regra pétrea da competição capitalista nos mercados – o enorme patrimônio natural de que o Brasil é dotado, mas que deve ser conservado para o equilíbrio ambiental Planeta como um todo. Se acrescentarmos ao agronegócio o extrativismo mineral temos somado, nas tais

commodities, uma dependência crescente das exportações brasileiras da natureza (terra + minas + água + sol), em última análise. Existe, sim, capital e trabalho, mas tributários da natureza.

Ao menos na pauta de exportação, o Brasil claramente reprimariza a sua economia, isto como estratégia de desenvolvimento. Nos últimos anos tal dependência de produtos primários vem aumentando. Somados, só 6 produtos primários (minério de ferro, soja, petróleo, carnes, açúcar de cana e café) chegam a mais de 44% da exportações brasileiras de janeiro a agosto de 2012 (Jornal O Globo, 15/10/12). Dizer que se trata de “extração” natural altamente tecnificada – no caso do agronegócio, uso de sementes transgênicas e raças melhoradas, maior consumo por hectare de agrotóxicos, muitas máquinas, aumento de produtividade por hectare – não resolve o fato que estamos diante de um extrativismo baseado nas tais “vantagens comparativas”, destruidor da biodiversidade, de florestas, contaminador, produtor de alimentos processados de duvidosa qualidade e dependente de modernos latifundiários, parte da tradicional elite brasileira, vivendo nas cidades, ou de grandes grupos empresariais, nada identificados com o mundo rural. Afinal, vantagens para quem?

Estamos, na verdade, diante de uma bomba devastadora, social e ambientalmente. São menos de 70 mil os grandes proprietários de terras, num universo de quase 4 milhões de proprietários rurais, controlando quase 200 milhões de hectares, $\frac{1}{4}$ do território nacional, o equivalente a mais de 2.800 ha cada um, em média. Diante deles, quase 2 milhões de famílias sem terra e outros 2 milhões com pouca terra. Existe negócio mais excludente? O agronegócio depende do controle da terra e da sua exploração livre de controle social e ambiental. O recente debate e luta em torno ao novo Código Florestal no Brasil é revelador do poder político do agronegócio. A “bancada ruralista” no Congresso Nacional tem poder de impor o que quer, tendo derrotado o Governo Dilma em todos os *rounds*. Isto num país onde os grandes proprietários rurais são 0,0... alguma coisa da cidadania!

É neste ambiente que floresce o agronegócio, etanol de cana bem no centro, apesar do pouco peso nas relações externas até aqui (não é o caso do açúcar, a alternativa a produzir etanol, de que o Brasil goza de enorme vantagem comparativa). Estamos diante de um modelo de desenvolvimento da produção agrícola e pecuária que pouco espaço deixa aos agricultores familiares. Eles existem e em grande número até. Resistem, apesar de tudo. Por conquista deles, existe hoje o PRONAF – Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, basicamente na forma de crédito subsidiado, numa escala do mais precário ao viável economicamente. Estes créditos diferenciados começaram nos anos 90, depois de grande mobilização. Com o Governo Lula e, agora, Dilma, esta linha de crédito público cresceu muito, chegando a mais de R\$ 18 bilhões ano. Também, desde o Governo Lula está vigente uma política de compras oficiais pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento – de produtos da agricultura familiar para os programas públicos de alimentos (asilos, centros de atenção especial, etc), com grande impacto econômico e social, sem dúvida. Foi instituída ainda a obrigatoriedade de comprar $\frac{1}{3}$ dos alimentos para a merenda escolar (são 48 milhões de refeições gratuitas dia nas escolas do país) da agricultura familiar da região. São medidas no sentido da “grande transformação”. Mas até onde estão mudando a agricultura brasileira? Basta lembrar aqui que o agronegócio merece mais de 120 bilhões de crédito agrícola, são muitas vezes mais do que a agricultura familiar.

Mais um aspecto relevante desta questão deve ser mencionado aqui: a reforma agrária. Depois de crescimento das lutas e uma memorável campanha, no início dos 1980, a reforma agrária entrou na

agenda política. Desde a Nova República – o regime que fez a transição da ditadura para a democracia, instaurado em 1985 – temos no Brasil ensaios de reforma agrária. A Constituição democrática de 1988 estabeleceu princípios legais para realizar a reforma agrária, isto por pressão popular e de movimentos sociais dos mais importantes do país, como o Movimento Sem Terra – MST. A realidade política do país, porém, é mais dura. Pouco se fez em termos de reforma agrária nestes anos. É duro dizer, mas nos governos petistas ficamos patinando, dando preferência ao crédito de apoio ao invés de um efetivo programa de desmonte da bomba antissocial do latifúndio predador social e ambientalmente. Enfim, fica claro que o agronegócio é parte do poder estabelecido, difícil de mudar numa perspectiva de bases mais democráticas, incluídas e sustentáveis.

Pensar agricultura familiar, agroecologia e o direito humano ao alimento, como pilares alternativos, está na agenda de muitos sujeitos, seja movimentos e organizações de agricultores, como de entidades de cidadania e direitos, que lutam por justiça social e já incorporam substantivamente a questão ambiental, como marco redefinidor da própria luta por igualdade e participação. No entanto, há uma profunda assimetria de poder com o agronegócio, de visibilidade na agenda pública e de incidência nas políticas. Nunca é demais lembrar que a arquitetura política para acomodar contradições nos levou a ter dois ministérios: o Ministério da Agricultura, entregue ao agronegócio, e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, próximo a movimentos sociais e organizações camponesas. Para a questão alimentar temos o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar, órgão de assessoramento e monitoramento de políticas públicas, com maioria da sociedade civil em sua composição, talvez o melhor conselho dos muitos criados pelos governos petistas. Algumas conquistas foram feitas, como a já citada aquisição de alimentos da agricultura familiar pela CONAB, a extensão da merenda escolar e a obrigatoriedade de 1/3 de alimentos que devem ser adquiridos da agricultura familiar da região. Tudo isto é possível, mas ocorrendo sob uma intensa disputa, aonde os interesses do agronegócio frequentemente predominam.

Como criar as necessárias condições de transformação

Um primeiro aspecto a reconhecer aqui é o fato que estamos diante de um Brasil que vem mudando. Não estamos mais naquela fase de capitalismo selvagem, da ditadura, sem contrapesos. Fizemos, sem dúvida, incríveis avanços sociais através de políticas ativas como Bolsa Família (com apoio direto em termos de renda a mais de 13 milhões de famílias), aumento substancial do salário mínimo legal (de por volta dos US\$ 100 a mais de 300), criação de milhões de empregos com direitos trabalhistas (algo como 15 milhões nos governos petistas), ampliação da cobertura previdenciária, expansão fenomenal do crédito para compra de bens de consumo e, sem dúvida, o controle da corrosiva inflação. Mas, isto também é forçoso reconhecer, fizemos sem mudar fundamentalmente a lógica do processo de desenvolvimento capitalista, sua estrutura social concentradora de ativos e sua base técnica industrial, produtivista e consumista, altamente predatória de recursos naturais, mercantilizando tudo, privatizando se necessário. O Brasil é um exemplo de social democracia de bem com o capitalismo nos dias de hoje, num contexto em que o neoliberalismo e, agora, sua crise põem em questão a viabilidade de tal modelo, especialmente na Europa.

Como mudar um quadro assim? Na origem da recente “bonança” do Brasil está o movimento cidadão multifacetado e forte que impulsionou a democratização e que teve no PT a sua expressão



política máxima, mas não a única. Sou dos que pensam que esta onda democratizadora está se rebentando e esgotando na praia. Não dá para esperar outra coisa da atual coalização. Não vou entrar na análise específica como o DNA político do PT mudou ao fazer aliança com os grandes grupos empresariais emergentes, em torno a um projeto de Brasil emergente. O fato político relevante é que a onda democratizadora, impulsionada mais pelas questões sociais que ambientais, está esgotando a sua capacidade transformadora. Nova onda precisa ser reinventada, recriada.

Aí estamos diante de hipóteses e apostas políticas. Existem alternativas reais? São elas viáveis? Que condições políticas precisam ser criadas? O bom é que cresce no Brasil uma consciência ambiental. O quanto ela se alia à inevitável questão social, sem o que não há solução viável, ainda não está clara, ao menos no debate público, aquele que importa como ideário mobilizador para criar movimentos políticos capazes de realizar mudanças. Mas estamos longe de uma agenda coerente de mudanças viáveis. Temos ideias, mas elas são desarticuladas.

Na minha opinião, precisamos voltar às bases, fazer o que se fez em resistência e ao finalmente derrotar a ditadura. Trata-se de um trabalho de educação popular e cidadã, na visão libertária de Paulo Freire. Temos um enorme contingente da população “contaminada” pelo ideal do consumo, pois, afinal, é a primeira vez que o experimentam. Além do mais, é um grupo que busca a sua própria identidade emergente, por assim dizer, através de religiões pentecostais, muitas vezes. Que a religiosidade popular é um elemento fundamental sabemos de muito tempo. Mas agora enfrentamos religiões que não necessariamente são nossas alidades, ao menos até aqui no espectro político brasileiro. Como agir? Que papel devem desempenhar as organizações de cidadania ativa neste particular? Ou outras entidades precisam ser inventadas? Que métodos políticos a inventar? Que pedagogia política?

O desafio maior para a democracia e a sustentabilidade, na perspectiva de uma transformação que importa, no Brasil, é conquistar corações e mentes para tal agenda. O imaginário mobilizador é o primeiro desafio. Precisamos ouvir, literalmente escutar, as ruas para entender e transformar as suas demandas. Nosso problema e maior desafio é de ordem cultural: falar para o que as pessoas sentem. Transformação só é possível com cidadania motivada e em ação.

Rio, 23/10/12

candido@ibase.br

www.ibase.br

